

Referências das Rotinas Administrativas da DGTEC

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-DGTEC-003 – Atender ao Usuário

Com Vigência a partir de 14/11/2018

Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004 - Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

Ato Normativo TJ nº 09/2010 – Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 10/2010 - Cria regras para concessão de Correio Eletrônico e acesso a Rede Mundial de Computadores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ nº 18/2011 - Cria as regras para padronização, utilização e instalação de softwares de apoio, comerciais e gratuitos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 26/2013 – Regulamenta o procedimento de solicitação de alterações em sistemas corporativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RAD-DGTEC-011 – Desenvolver Sistemas

Com Vigência a partir de 25/10/2011

RAD sem Referências

RAD-DGTEC-012 – Realizar Manutenção de Sistemas

Com Vigência a partir de 25/05/2010

Documento em Revisão

RAD-DGTEC-016 – Gerenciar Atendimento a Equipamentos de TI

Com Vigência a partir de 25/07/2022

NBR ISO/IEC 17799*

Ato Normativo TJ nº 09/2010 – Normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Aviso TJ nº 50/2010 - Avisa sobre o cronograma de substituição dos equipamentos de informática nos locais e Comarcas que menciona.

Aviso TJ 96/2012 – Estabelece padrão e cronograma de substituição de impressoras, visando otimização de recursos.

RAD-DGTEC-017 – Gerenciar Garantia e Fiscalizar Movimentação de Bens de Ti

Com Vigência a partir de 25/09/2019

NBR ISO/IEC 17799*

Ato Normativo TJ nº 09/2010 - Normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGTEC-018 – Prestar Manutenção e Suporte a Hardware

Com Vigência a partir de 15/12/2022

NBR ISO/IEC 17799 – Norma que estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização;

Ato Normativo 09/2010 - Normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução OE nº 27/2022 - Institui a Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGTEC-021 – Elaborar e Manter Rotinas de Armazenamento de Segurança dos Bancos de Dados e Servidores de Aplicação

Com Vigência a partir de 05/11/2019

Documentação dos fabricantes de Hardware e Software utilizados na abrangência deste procedimento

NBR ISO/IEC 17799:2001* e **NBR ISO/IEC 27002/2013** – Código de prática para a gestão da segurança da informação;

Ato Normativo TJ 03/2005 - Normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ 08/2005 - Estabelece rotina para a utilização do correio eletrônico da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ 09/2010 - Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGTEC-026 – Atender Solicitação sobre Acesso à Rede, à Internet e ao Correio Eletrônico

Com vigência a partir de 19/12/2018

Ato Normativo TJ nº 08/2005 - Estabelece rotina para a utilização do correio eletrônico da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo TJ nº 09/2010 – Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ato Normativo TJ nº 10/2010 – Cria as regras para concessão de Correio Eletrônico e de acesso à Rede Mundial de Computadores, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGTEC-038 – Atender Usuários de Serviços de Microinformática

Com vigência a partir de 03/12/2015

Ato Normativo da Presidência nº 09/2010 – Estabelece normas para uso dos recursos computacionais no âmbito da rede corporativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RAD-DGTEC-039 – Controlar Recebimento de Bens de Informática em Doação do Conselho Nacional de Justiça

Com Vigência a partir de 27/11/2013

Ato Normativo TJ nº 16, de 19/06/2006 – Consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais sobre a gestão patrimonial de bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ;

Ato Normativo TJ nº 12, de 17/11/2008 – Resolve alterar o parágrafo 2º do art. 13 do Ato Normativo TJ nº 16/2006;

Resolução CNJ nº 100, de 24/11/2009 – Dispõe sobre a comunicação oficial, por meio eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências;

Ato Executivo TJ nº 1232, de 21/02/2011 – Delega as competências que menciona;

Cartilha para os procedimentos a serem observados pelos Tribunais para recebimento de bens doados do Conselho Nacional de Justiça (2011).

RAD-DGTEC-040 – Gerir o Departamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Com Vigência a partir de 05/11/2019

Resolução TJ/OE nº 16/2015, de 04/05/2015 – Estabelece política de gestão estratégica e atualiza as diretrizes para o planejamento estratégico institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto nº 2.479, de 08/03/1979 – Aprova o regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Decreto-Lei nº 220, de 18/07/1975 – Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Resolução TJ/OE nº 01/2017, de 20/02/2017 - Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

RAD-DGTEC-041 – Ciclo de Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Com Vigência a partir de 30/03/2015

Constituição da República, de 1988;

Lei federal no 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações);

Lei Complementar federal nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

Resolução CNJ nº 182, de 17/10/2013 – Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ;

Resolução TJ/OE nº 28/2013 - Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação (TI), criação e implementação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TJERJ;

Ato Executivo nº 4501/2013 – Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação (TI) do TJERJ e dá outras providências.

RAD-DGTEC-042 – Ciclo de Execução de Contratos de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Com Vigência a partir de 30/03/2015

Constituição da República, de 1988;

Lei federal no 8.666, de 21/06/1993 (Lei Geral de Licitações);

Lei Complementar federal nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

Resolução CNJ nº 182, de 17/10/2013 – Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ;

Resolução TJ/OE nº 28/2013 - Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação (TI), criação e implementação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TJERJ;

Ato Executivo nº 4501/2013 – Estabelece o processo de contratação de Tecnologia da Informação (TI) do TJERJ e dá outras providências.

RAD-DGTEC-043 – Administrar o Lançamento de Dados no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS

Com Vigência a partir de 01/10/2018

Ato Executivo TJ nº 141/2018 – Dispõe sobre o dever de cumprimento da Deliberação TCE-RJ nº 281/17 no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Deliberação TCE-RJ nº 281/17 - Dispõe sobre o Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

13.12.2022